ANAIS DO XIII CIDIL
ENTRE O ONÍRICO E O JURÍDICO:
O SURREAL E O REAL NO ACESSO À JUSTIÇA
06 A 09 DE NOVEMBRO DE 2024 – UNIUBE – UBERABA, MG
© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

O *HOMO SACER* DE AGAMBEN E *O PROCESSO* DE KAFKA: A DESUMANIZAÇÃO DO INDIVÍDUO NO ESTADO DE EXCEÇÃO

THE *HOMO SACER* BY AGAMBEN AND *THE TRIAL* BY KAFKA: THE DEHUMANIZATION OF THE INDIVIDUAL IN THE STATE OF EXCEPTION

Allan Denny Sene de Urzedo[1]

Élcio Arruda[2]

RESUMO: Perquiriremos com o presente estudo, a partir das obras *O Processo*, de Franz Kafka e *Homo Sacer I – o poder soberano e a vida nua* de Giorgio Agamben, compreender as nuances e reverberes advindos do Estado de Exceção, precipuamente sob o prisma do fenômeno da desumanização do indivíduo. O Estado de Exceção é uma prerrogativa constitucional invocada sob pretexto de desordem social, tendo por fim o sobrestamento do ordenamento jurídico até o restabelecimento da ordem pública. Com o referido aporte, compreenderemos as estruturas inerentes à exceção pela ótica da supressão da figura do indivíduo, na sua desumanização, na transformação em *homo sacer* e na aniquilação do acesso à justiça.

PALAVRAS-CHAVE: Acesso à Justiça, *Homo Sacer*, Direito e Literatura, Estado de Exceção, *O Processo*.

ABSTRACT: In this study, we will investigate, based on the works *The Trial* by Franz Kafka and *Homo Sacer I – Sovereign Power and Bare Life* by Giorgio Agamben, the nuances and reverberations arising from the State of Exception, mainly from the perspective of the characteristics of the dehumanization of the individual. The State of Exception is a constitutional prerogative invoked under the pretext of social disorder, with the purpose of suspending the legal system until public order is reestablished. With this contribution, we will understand the structures inherent to the exception from the perspective of the suppression of the individual, in his dehumanization, in the transformation into *homo sacer* and annihilation of acess to justice.

KEYWORDS: Access to Justice, *Homo Sacer*, Law and Literature, State of Exception, *The Trial*.

I. INTRODUÇÃO

A literatura é a cristalina expressão moral e poética das intelecções humanas. O direito, de mesmo modo, opera a partir do perfilamento dessas intelecções. Em mesmo sentido, as narrativas literárias alinham-se por função, sobretudo, rumo à exploração profunda

[1] Graduando em Direito pela Universidade de Uberaba. Uberaba, MG, Brasil. CV Lattes: https://lattes.cnpq.br/2326340613763374. E-mail: allandenny2017@gmail.com. CNPq. Órgão financiador: Sociedade Educacional Uberabense.

[2] Pós-Doutor, Doutor e Mestre em Direito. Professor de direito penal e processual penal (graduação e pós-graduação). Formador na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM. Juiz Federal titular de vara. Ex-Promotor de Justiça. Ex-advogado. Uberaba, MG, Brasil. CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/3044857121743300. E-mail: elcio.arruda@uniube.br.

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

das nuances que permeiam os dilemas e anseios da *psique*[3] humana. Lado outro, cediço que qualquer ciência social aplicada – tal como o direito – não pode ser compreendida de maneira puramente objetiva, pois carrega no seu interior elevada carga de conteúdo subjetivo.

Assim sendo, por via da literatura, são estabelecidos diálogos capazes de examinar as tensões inerentes às tessituras morais da cognição humana: são capazes de explorar cenários líricos coexistentes na realidade material, trazendo à baila o conhecimento necessário – ao pensador do direito – às transformações sociais e jurídicas que requerem o futuro.

Em que pese a genealogia do ordenamento brasileiro, temos que sua origem é traçada até às codificações justinianas do direito romano; sendo oriundo de uma cadeia de normas que remontam ao positivismo jurídico. Não obstante, embora estabelecido como "direito posto", aporta-se eminentemente à literatura em subsídio à sua aplicação. Isso ocorre pois, apesar de ser esse direito positivo – quanto à estrutura de sua norma – carregado de uma certa taxatividade, sua aplicação ideal possui uma sistemática hermenêutica por excelência, indispensável à compreensão dos valores inerentes à norma jurídica. Destituída de tal abstração moral, portanto, o direito torna-se incognoscível à justiça.

Franz Kafka, renomado romancista, foi nascido em Praga, no ano de 1883, que pertencia à época ao Império Austro-Húngaro – nos dias de hoje capital de República Tcheca –. O cunho de sua obra exprime a denunciação das instituições jurídicas e políticas. *O Processo*, escrita em 1925, uma de suas obras-primas, foi publicada por seu amigo Max Brod após sua morte. Antes de seu falecimento, Kafka pediu ao amigo que queimasse seus escritos, anotações e diários. Brod, no entanto, não obedeceu ao autor, que publicou suas obras após sua morte (Kokis, 1967, p. 15-16).

A referida obra, objeto da presente análise, nos traz grande riqueza filosófica, histórica e literária. De tal retórica, *O Processo* narra o inquérito movido contra Josef K, que ao acordar é surpreendido por oficiais de justiça que anunciam sua prisão em virtude de um processo que jamais é conhecido. Num enredo de corrupção, angústia e brutalidade, Kafka critica

[3] O termo empregado deve ser interpretado como o que advém do vocábulo grego, *psyché* (ψυχή), trata de conceito filosófico que denota a significação do amálgama dos conceitos: "do eu", "da alma", "da mente", "do espírito", "do fantasma", *etc*.

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

formidavelmente as vicissitudes das estruturas jurídicas, desde o mais alto escalão das autoridades judiciárias aos servidores de menor hierarquia, retratando a decadência e hipocrisia do discurso jurídico numa trama repleta de injustiças e agonia.

Oriundo de um período de rica produção literária, as tramas kafkianas anteciparam profeticamente as injustiças cometidas pelos Estados totalitários que cobriram o mundo sobre guerras nas décadas posteriores à sua morte.

Giorgio Agamben, importante filósofo italiano, nascido em 1942 em Roma, é um dos expoentes de seu tempo em matéria de filosofia, política, ética, *etc*. Em sua obra *Homo Sacer I – o poder soberano e a via nua*, objeto de análise deste trabalho, o autor evidencia em viés biopolítico as relações de soberania consubstanciadas no estado de exceção, explorando as prerrogativas jurídicas capazes de transformar vidas ordinárias em vidas matáveis.

O *homo sacer*, do latim, "homem sacro", "homem sagrado" ou "homem a ser julgado pelos Deuses", traz a paradoxal significação de soberania – a ser melhor descrita doravante –. Na literalidade do termo, deve ser compreendido como um indivíduo que pode ser morto sem que seu assassino seja considerado culpado, não podendo, no entanto, ser sacrificado. O *homo sacer* é, portanto indesejado tanto pelos Deuses quanto pelos homens. Esse conceito expressa a insignificância da vida humana perante a sociedade, remonta a indignidade da existência à revelia do soberano e indaga se a preservação da vida humana realmente importa à socidade: "[...] existem vidas humanas que perdem a tal ponto a qualidade de bem jurídico, que a sua continuidade, tanto para o portador da vida como para a sociedade, perdeu permanentemente todo o valor" (Agamben, 2004, p. 133).

Josef K foi o *homo sacer* de Kafka. Este sacro kafkiano, é vagarosamente desmontado da sua humanidade, abusado, coagido, esgotado pelos meios que lhe foram apresentados. A exceção dada a K roubou-lhe aos poucos sua identidade, de modo a ludibriá-lo, fazendo-o acreditar que ahouvesse alguma saída. Aduzem Gilles Deleuze e Félix Guattari, notórios estudiosos da obra de Kafka:

> O primeiro aspecto dessa desmontagem consiste em "eliminar *a priori* toda a ideia de culpa", fazendo esta parte da própria acusação: a culpa é sempre apenas o

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

> movimento aparente onde os juízes e mesmo os advogados o acantoam para impedi-lo de fazer o movimento real, isto é, de ocupar-se de seu próprio negócio. Em segundo lugar, K se aperceberá de que, se a lei permanece incognoscível, não é porque ela está retirada em sua transcendência, mas sim, simplesmente porque ela é despojada de toda interioridade: ela está sempre no escritório ao lado, ou atrás da porta, no infinito (já se viu isso desde o primeiro capítulo do Processo, onde tudo se passava no "cômodo vizinho") (Deleuze e Guattari, 1977, p. 67-68)

O sacro K, portanto, é entregue ao processo que o coisifica em *homo sacer*. Assim, é de si feito coisa insacrificável e ao mesmo passo, matável.

II. DO ESTADO DE EXCEÇÃO

Proeminentemente, Carl Schmitt inicia sua obra em definição: "Soberano é aquele que decide sobre o estado de exceção" (Schmitt, 1922, p. 87). A famosa definição de schmittiana sobre o estado de exceção foi amplamente debatida pelos mais renomados juristas desde a publicação de sua obra, Teologia Política em 1922. O italiano Giorgio Agamben acerta ao afirmar que "tanto juristas quanto especialistas em direito público parecem considerar o problema muito mais como uma *quaestio facti* do que como um genuíno problema jurídico" (Agamben, 2004, p.12). Nem tão somente é negada a premissa por estes autores, como também aduzem que o estado de necessidade, pressuposto da exceção, possui natureza jurídica de incerteza; tem portanto, dificuldade em situar-se no interstício da política e do direito.

À primeira vista, esse entendimento, fundado no antigo brocardo *necessitas legem non habet*[4], critica a tomada da exceção por via do atropelamento do poder constituinte. O direito, afinal, enquanto instrumento social que é, não pode ser garantido senão pela abstração *a posteriori* das nuances sociais. Desse perfilamento de demandas, nasce a norma jurídica, que é naturalmente suprimida em estado de exceção.

[4] Do latim, "a necessidade não tem lei". É uma máxima que no direito utilizada como escusa à ordem da lei. O ordenamento jurídico brasileiro emprega esse princípio em algumas esferas do direito. *E.g.*: no âmbito do direito penal, o furto famélico implica extinção da punibilidade em vista da necessidade do criminoso em realizá-lo; a lógica ora em comento trata do sopesamento da violação de um bem jurídico ou outro. No presente caso, tratando-se de excetuação da ordem jurídica, o juízo é semelhante entre os dois bens: a ordem jurídica ou a ordem social.

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

A despeito do aparente jurisprudencialismo que vem se estendendo pelos ordenamentos romano-germânicos, ao menos nos parece, que o teórico do direito tende ainda a sobrelevar o direito positivo em detrimento das demais fontes; acredita-se, justamente, por via de maior segurança jurídica. Malgrado, discorda Carl Schmitt:

> A decisão sobre a exceção é, portanto, uma decisão no sentido eminente. Pois uma norma genérica, como se apresenta a norma jurídica válida, não pode nunca assimilar uma exceção absoluta e, portanto, nunca justificar totalmente a decisão tomada em um verdadeiro caso de exceção. (Schmitt, 1922, p. 88)

A exceção situa-se, na prática, numa espécie de terra sem lei meio ao direito público e ao fato político (Agamben, 2004, p. 14). Levanta-se, ademais, a relação paradoxal da soberania descrita pelo italiano: "O soberano está, ao mesmo tempo, dentro e fora do ordenamento jurídico" (Agamben, 2004, p. 23). Isso ocorre, pois quando a ordem jurídica é excepcionalizada, ela o é por via de sua própria prerrogativa de colocar-se fora da lei, mas a esse despeito, fica ainda situado nela, pois lhe é atribuída a força de suspender a constituição *in toto*.

Carl Schmitt foi de fato aquele que deu a luz à teoria do estado de exceção, foi eminente membro do partido nazista, e para tanto ,apelidado de “o jurista maldido” nos tempos de ímpeto da Alemanha nazista. A teoria, no entanto, é alvo de ampla repreensão mesmo nos dias de hoje. Hannah Arendt, notória crítica da exceção, alertou a possiblidade de conversão do estado de exceção em estado totalitário, como ocorreu na própria Alemanha de Schmitt, na Segunda Grande Guerra Mundial.

Em 28 de fevereiro de 1933, o presidente Alemão Paul Von Hindenburg, influenciado por Adolf Hitler, promulgou o *Decreto* que determinou o sobrestamento dos artigos da Constituição vigente à época, que referendava os direitos e liberdades individuais. Por via desse *Decreto*, todo o Terceiro *Reich*, que durou 12 anos, foi considerado um estado de exceção.

Em Kafka, o imperativo categórico – do sentido kantiano – da lei reverencia a sua força em ímpeto mais puro: a sua exceção. Josef K, o personagem principal dessa narrativa, vê-se cercado pelas armas da lei na interminável persecução de arbitrariedade. Trata, em

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

inescusável sentido, da excetuação.

III. DA FORMA ORGÂNICA DA LEI: A NATUREZA JURÍDICA DA *PORTA DA LEI*

Na catedral, a lei de Kafka toma forma orgânica. O camponês é suprimido pela lei em sua vontade natural e K é sentenciado por ela em sua mesma forma: nem livre, nem não livre.

> O camponês é entregue à potência da lei, porque esta não exige nada dele, não lhe impõe nada além da própria abertura. Segundo o esquema da exceção soberana, a lei aplica-se-lhe desaplicando-se, o mantém em seu *bando* abandonando-o fora de si. A porta aberta, que é destinada somente a ele, o inclui excluindo-o e o exclui incluindo-o. E este é precisamente o fastígio supremo e a raiz primeira de toda lei. (Agamben, 2004, p. 56)

Agamben toma para si o conceito Kantiano *die bloße Form des Gesetzes*[5], "O limite, e ao mesmo tempo a riqueza da ética kantiana, está justamente em ter deixado vigorar como principio vazio a forma da lei. A esta vigência sem significado na esfera da ética, corresponde, na do conhecimento, o objeto transcendental" (Agamben, 2004, p. 59). Essa dita forma da lei, que leciona Kant, é descrita como uma atenção reverencial, uma condição individual de viver sob a lei que vigora sem perscrutar, sem, portanto, diagnosticar ou relutar a ela. É, em Kafka, o ato de sentar-se diante da porta da lei pelos anos, aguardando por seu chamado, sem jamais forçar sua entrada; e em Agamben, o ato de tornar-se irrelutante: metamorfoseado no *homo sacer*.

Kafka impregna "O Processo" de aflição e angústia pelo destino de K. Rebaixa o acesso à justiça aos níveis mais deléveis. O processo de Josef K não provoca somente a sua condenação, mas sim a sua total desumanização. K perde a qualidade de pessoa, e passa a se tornar "alguma coisa", um inseto incômodo no aparato da justiça. Ao mesmo passo que é necessário um "devido processo", como dita a lei, para sobrepujar a existência de K, este

[5] Do alemão "a forma pura da lei". Kant emprega este conceito atribuindo à lei moral ou imperativo categórico uma forma uma pura, isto é, ela independe de circunstâncias específicas ou de desejos individuais para que tenha sua força normativa. É relacionado ao conceito de que a lei subsome a um imperativo moral que deve governar a todas as situações, mantendo-se distante de outras condições particulares ou empíricas que façam novo juízo da moralidade. Essa noção, dada na *Crítica da Razão Pura*, remete à universalidade subjetiva constituinte da força da norma, de modo que essa se escusa de subsidiar em fonte material, como no positivismo.

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

também é colocado na estante do descarte como alternativa primeira: seu processo é, portanto, apenas a justificação de seu abate.

IV. O *HOMO SACER*: A DESUMANIZAÇÃO DA PESSOA HUMANA

O *homo sacer* busca essa transitória relação da identidade humana. Porquanto perquire a compreensão das questões voltadas à sacralidade da vida, ao passo que identifica este *homo sacer* como o indivíduo que reside fora da jurisdição humana, oportunamente entregue à sombra do soberano. Josef K, munido de sua "insacrificalidade", é submetido ao desconhecido processo judicial que levaria ao seu fim: é a justificação de sua vida nua. A sua "matabilidade" reside no seu descarte, feito como um cão, irrelevante, atomizado ao mais inescrúpulo nível.

No confronto teórico entre Schmitt e Agamben, observa-se uma divergência central quanto ao papel e a natureza do estado de exceção. Isso ocorre, pois, para Schmitt, a exceção é essencialmente o que fundamenta o direito, pois trata-se da força legitimadora da soberania. Em contraste, Agamben critica a referida concepção ao argumentar que o estado de exceção, ao invés de fundar o direito, marca seu colapso. Assim, ao filósofo, a exceção não é um espaço fora do direito, mas sim uma zona ambígua onde o direito anula a si mesmo. Aduz, portanto, que a exceção é um mecanismo raptor da biopolítica, no qual o homem é reduzido à vida nua, destituído de qualquer valor jurídico.

Quando tornamos à narrativa de K, percebemos as forças biopolíticas executoras que inerem à exceção. O sobererano, passa, pois, a arrogar-se da prerrogativa de decidir quem é homem, e quem não é; quem viverá, e quem não viverá. A corrosão da identidade humana de que trata tal premissa, foi outrora professada por Hannah Arendt:

> A concepção dos direitos do homem baseada na suposta existencia de um ser humano como tal, caiu em ruínas tão logo aqueles que a professavam encontraram-se pela primeira vez diante de homens que haviam perdido toda e qualquer qualidade e relação específica - exceto a puro fato de serem humanos (Arendt, 1994, p. 299).

Para Agamben: "Soberana é a esfera na qual se pode matar sem cometer homicídio e

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

sem celebrar um sacrifício, e sacra, isto é, matável e insacrificável, é a vida que foi capturada nesta esfera" (Agamben, 2004, p. 91).

As relações que inerem à vida nua e à soberania também aplicam-se em Kafka. A soberania do *Processo* reside no poder judiciário – onde reside a soberania na obra –, que por sua vez é o agente capaz de determinar a inserção ou não do indivíduo na esfera matável. A mesma norma que o nomina "alguém", determina também se a norma aplica-se a você ou não – a detrimento de você, ou não –.

Essa dada premissa de incerteza jurídica é, de mesmo modo, a que permeia o julgamento de K.

> Segundo uma primeira impressão, tudo é falso no Processo: nem mesmo a lei, de encontro à lei kantiana, erige a mentira em regra universal. Os advogados são falsos advogados, os juízes, falsos juízes, "advogados charlatões", "empregados venais e infiéis", ou pelo menos tão subalternos que escondem as verdadeiras instâncias e "as cortes de justiça inacessíveis" que não se deixam mais representar. (Deleuze e Guattari, 1977, p. 73-74)

Esse labirinto de incerteza, remonta ainda ao paradoxo da soberania de que fala Agamben (2004, *op. cit.)*. Josef K parece quase sempre com um pé dentro da lei e um de fora. Senão, vejamos: K está preso, mas livre para ir aonde quiser; está livre, mas proibido de trabalhar; indiciado, mas sem saber porquê; acusado, mas sem saber por quem, *etc*. A mais marcante das representações dessa incerteza ocorre *Na Catedral*, quando o homem do campo, proibido de adentrar a lei, é convidado pelo guarda a tentar, a despeito de sua ordem (Kafka, 2020, p. 212). O amálgama das figuras representadas por Kafka denotam, sobretudo, a injusta subjugação do homem pelo soberano em exceção. Demonstra de modo inequívoco a transitoriedade do direito à humanidade é a negativa do acesso à justiça.

Prosseguem as impressões de Deleuze e Guattari:

> Também a segunda impressão é muito mais importante: *onde se acreditava que havia lei, há de fato desejo e apenas desejo*. A justiça é desejo, e não lei. Todo mundo com efeito é funcionário da justiça: não apenas os simples ouvintes, não apenas o pradre e o pintor, mas as jovens mulheres equívocas e as mocinhas perversas que aparecem tanto no Processo. (Deleuze e Guattari, 1977, *op. cit.*)

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

Se a lei é desejo, em *O Processo*, Kafka o retratou tanto pela obscenidade quanto pela promiscuidade. Ora, a mesma lei que julga K, retratada na propriedade do magistrado que instrui seu processo, é escrita em um livro pornô. Essa lascívia descrita é instrínseca em quase todos o servidores da lei de Kafka:

> As jovens mulheres não são equívocas porque escondem sua qualidade de auxiliares da justiça, ao contrário, elas se revelam auxiliares porque fazem com que juízes, advogados e acusados gozem identificamente de um único e mesmo desejo polívoco. Todo o processo e percorrido por uma polivocidade de desejo que lhe dá sua força erótica. (Deleuze e Guattari, 1977, *op. cit.*)

A decisão sobre a exceção, *a priori*, parece se situar num estado de norma movediça; noutros termos, exprime um *status* libertino de força jurídica. Isso implica que o titular da soberania, ao passo que se estriba na numa prerrogativa, toma para si ao mesmo tempo as discricionariedades que favorecem sua mácula. É o que atribui às autoridades do *Processo* o poder de agirem segundo seus próprios desejos – na obra, os mais promíscuos – ordenam e se colocam no enredo.

V. LIMIAR: DO BANDO

Agamben perscrutará a natureza dos indivíduos destituídos de direitos pelas mãos do soberano. Nesse sentido, o autor apontará o conceito bipartite de bando[6] e abandono[7]. Essas são definiçõs que exprimem noção de subjugação. Podem ser entendidas como "à mercê", "submisso a", "excluído", *etc*.

> [...] o bando é propriamente a força, simultaneamente atrativa e repulsiva, que liga os dois polos da exceção soberana: a vida nua e o poder, o *homo sacer* e o soberano. [...]. É essa estrutura de bando que devemos aprender a reconhecer nas relações políticas e nos espaços públicos em que ainda vivemos. Mais íntimo que toda interioridade e mais externo que toda a estraneidade é, na cidade, o banimento da vida sacra. (Agamben, 2004, p. 117)

[6] O termo "bando", vem do verbo latino *bannire*, que significa proclamar uma ordem de exclusão. No contexto medieval este termo remete à expulsão de alguém da proteção da lei. Agamben recupera esse conceito para refletir sobre a lógica da soberania, remetendo à ambiguidade desse conceito. Noutros termos, quem está "banido" está ao mesmo tempo excluído da cadeia jurídica, mas ainda sob o poder da soberania.
[7] O abandono é a consequência do banimento; o estado existencial que resulta da exclusão. Trata-se do ser despido de valor jurídico: é o que Agamben trata como vida nua.

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

A vida nua, por essência, é aquela aquela que pode ser ceifada sem que se cometa homicídio ou aquela que qualquer um pode levar à morte, em que pese seja insacrificável. O poder, lado outro, é a prerrogativa residente no soberano de colocar-se fora da lei, sem dela sair. Assim portanto, o bando é a força gravitacional que circunscreve o soberano. Trata-se literalmente do *status* de abandono, da estrutura ontológica do grupo remetido à desumanização: à insignificância social.

A bipartição lógica e paradoxal depreendida por Agamben aponta que o soberano, ao passo que insere a pessoa humana na sociedade, também a exclui, de modo a condená-la a não ser nem algo, nem nada. Curiosamente, essa ideia é perfeitamente exibida "Diante da Lei":

> "Como é possível que, durante esses anos, ninguém além de mim tenha pedido para ser admitido?". O Guardião da porta percebe que o homem estava chegando ao fim e, para alcançar aquela audição quase perdida, urra: "Ninguém poderia ser admitido aqui, pois essa entrada é designada apenas para ti. Agora irei até lá e a fecharei". (Kafka, 2020, p. 210)

Nesse prisma, Agamben nos conclui que a relação de "bando" é o que nos condiciona as outras normas. O autor ainda exemplifica que, se todos os cidadãos se apresentassem vitualmente como *homines sacri*, isso somente seria possível diante da relação de bando construída desde a estrutura do soberano (Agamben, 2004, *op. cit.)*. Assim sendo, o "bando" é o nosso soberano.

VI. CONCLUSÃO

O itinerário da presente obra nos permitiu perceber, à luz da obra de Giorgio Agamben, importante lição advinda da literatura de Franz Kafka. Por via da análise das obras, foi-nos permitido compreender como o estado de exceção é capaz de provocar o processo de desumanização no homem, tornando-o redutível ao nada, à guisa de tornar-se o *homo sacer*. Disso, nos fica demonstrado através da literatura.

O atemporal Kafka nos ensina a compreender o presente e o futuro em panorama jurídico. O estado de exceção toma forma quando o processo de K se torna regra. Ele se constrói quando as portas da lei se fecham diante do povo e quando outros Josef K são mortos como cão pela lei que se faz de justiça.

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

A centralização da justiça não deve circunscrever mais o processo, mas sim os seus sujeitos. O direito deve advir da abstração do real – como narra nosso proêmio –, mas Kafka, por um lado, ao nos introduzir à sua literatura e nos fazer ansear pela libertação de K, nos ensina o direito através da inquietação e nos remói pelo seu fim. *O Processo* é muito mais que a narrativa de um homem oprimido por uma lei injusta, é um constante alerta ao pensador do direito para que este não se perca em suas próprias exceções e injustiças; pois, se falharmos, permaneceremos à espera diante da porta, como o velho camponês, nos indagando até o fim: "quando a justiça vai chegar?". Os contos profetizam a vida, e assim, portanto, resta ao jurista a sabedoria de operar a lei à vista dos dizeres da literatura. Nos resta, de tal sorte, a tentativa de fugir dessa morte; ao menos, que não seja como a de K. Morto como cão.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. Tradução de Iraci D. Poleri. São Paulo: Boitempo, 2004. 140p.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 207p.

ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. 504p.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Martin Claret, 2001. 199p.

BIALAKOWSKY, G.; ROGGERO, J. L. *Culpa, exceção, interrupção: Kafka e o direito*. ANAMORPHOSIS - Revista Internacional de Direito e Literatura, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. e1045, 2023. DOI: 10.21119/anamps.8.2.e1045. Disponível em: https://periodicos.rdl.org.br/anamps/article/view/1045. Acesso em: 31 mar. 2025.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka por uma literatura menor*. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Imago Editora LTD., 1977. 127p.

KAFKA, Franz. *Contos*. Seleção e prólogo de Jorge Luis Borges. Tradução de Isabel Castro Silva. Lisboa: Relógio D'Água, 2005. p. 39-40.

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

KAFKA, Franz. *O Processo*. Tradução de Jéssica Alonso. Jandira: Principis, 2020. 224p.

KAFKA, Franz. *Sobre a questão das leis*. In: KAFKA, Franz. *Narrativas do espólio*. Trad. de Modesto Carone. São Paulo: Cia. das Letras, 2002. p. 123-125.

KOKIS, Sergio. *Franz Kafka e a Expressão da Realidade*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967. 140p.

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Manuela Pinto dos Santos. 5ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. 694p.

SCHMITT, Carl. *A crise da democracia parlamentar*. Tradução de Inês Lohbauer. São Paulo: Critta, 1966. 133p.

SCHMITT, Carl. *Teología Política*. Traduções de Francisco Javier Conde y Jorge Navarro Pérez. Madrid: Editorial Tratta, S.A., 2009. 180p.

YAMAUCHI, D. A.; CASTANHA, R. F. da C. *Direito, justiça e mito: uma leitura a partir de "O processo", de F. Kafka*. ANAMORPHOSIS - Revista Internacional de Direito e Literatura, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 437–464, 2017. DOI: 10.21119/anamps.32.437-464. Disponível em: https://periodicos.rdl.org.br/anamps/article/view/323. Acesso em: 31 mar. 2025.